

Avaliação de fornecedores 2018

Através do Despacho n.º 29-P/2019, de 20 de maio, o Exmo. Senhor Presidente determinou fosse efetuada a avaliação dos fornecedores dos contratos vigentes em 2018.

Decorrido o período de execução do processo de avaliação, apresenta-se agora o relatório respetivo, no qual se sintetizam as principais conclusões a retirar deste processo.

Enquadramento, objetivos e metodologia

Com a implementação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) baseado na Norma NP EN ISSO 9001:2008, constitui obrigação do SGQ em vigor na autarquia a avaliação anual dos fornecedores segundo os requisitos da Norma.

Todavia, o Código dos Contratos Públicos não permite estabelecer critérios de avaliação das propostas que tenham em conta quaisquer situações, qualidades, características ou outros elementos de facto relativos aos concorrentes, pelo que não é possível extrair consequências diretas da avaliação dos fornecedores.

Não obstante, tendo em vista cumprir o exigido pelo SGQ, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, proferiu o Despacho N.º 29-P/2019 que determinou fosse efetuada a avaliação dos fornecedores dos contratos vigentes em 2018.

Uma vez que a responsabilidade pela avaliação dos fornecedores do Município é de todas as unidades orgânicas, na qualidade de gestoras dos contratos estabelecidos, o Departamento de Contratação Pública elaborou o Manual de Avaliação de Fornecedores, para suporte do processo de avaliação, no qual estão definidos os seguintes critérios de avaliação:

- **Prazo de entrega /execução:** capacidade do fornecedor de cumprir e respeitar os prazos de entrega/execução que figuram nas requisições oficiais de aquisição (negativo ou positivo);
- **Qualidade:** capacidade do fornecedor de cumprir as condições das requisições oficiais de aquisição ou das especificações dos produtos solicitados (negativo ou positivo);
- **Penalidades:** no âmbito de cada contrato houve ou não lugar a proposta de aplicação de penalidades por incumprimento conforme previsto no contrato (sim ou não).

O fator preço não foi estabelecido como critério de avaliação, uma vez que a adjudicação é feita, habitualmente, segundo o critério do mais baixo preço.

Para além dos critérios de avaliação definidos e dado o extenso universo de processos aquisitivos e respetivos fornecedores, o Manual da Avaliação de Fornecedores delimitou também as unidades orgânicas gestoras dos processos que fazem a avaliação, a saber: DGEV, DGPM, DHLI, DIEP, DGEM, DGEE, DPRO, DGPA, DCP, DEJU, DPLE, EPRP, DESP, DSST, DCUL, DTUR, DBMU, DPEC, GIRC, GMVM, GCIN, GAMQ.

II

Resultados obtidos e análise

O processo de avaliação de fornecedores efetuado pelas unidades orgânicas acima identificadas decorreu até dia 31 de dezembro de 2018, incidindo num total de 747 processos referentes ao ano de 2018.

Dos processos avaliados, obteve-se resposta a 747 processos, não se verificando qualquer resposta a 2 processos, a ausência de resposta justifica-se: por não ter existido execução do processo de despesa, em virtude de não ter sido feita qualquer requisição durante o ano de 2018 ou porque são processos plurianuais ainda não concluídos, pelo que não poderá ser avaliado o fornecedor em causa.

Embora os dados obtidos se refiram a um universo de 745 processos, a análise incluirá somente os processos de despesa que foram executados, dado serem os únicos que permitiram uma avaliação dos fornecedores.

Como se disse, obteve-se uma amostra constituída por 745 processos, os quais foram analisados pelas respetivas unidades orgânicas gestoras, DGEV, DGPM, DHLI, DIEP, DGEM, DGEE, DPRO, DGPA, DCP, DEJU, DPLE, EPRP, DESP, DSST, DCUL, DTUR, DBMU, DPEC, GIRC, GMVM, GCIN, GAMQ.

No quadro acima referente à análise efetuada pelas 24 unidades orgânicas gestoras dos processos, constata-se que 5 unidades orgânicas concentram cerca de 45% dos processos avaliados, destacando-se a DSST, DPEC, DGEM, GIRC e a DPLE, cada uma das unidades orgânicas detém cerca de 10% do total, representando a análise de 339 processos.

Após a análise dos processos e tendo este relatório o propósito de avaliar os fornecedores, cumpre agora apresentar os resultados obtidos.

Como foi referido, a avaliação traduz-se em dois critérios, o prazo de entrega/execução e a qualidade. As unidades orgânicas gestoras avaliam se os

fornecedores cumpriram os prazos de entrega/execução e se os bens/serviços contratados correspondem às especificações solicitadas.

Em suma: os critérios de avaliação produzem resultados que se traduzem em avaliação: Positiva, Suficiente ou Negativa, conforme cumpram, respetivamente, ambos os critérios, apenas um dos critérios ou nenhum dos critérios. Neste último caso, poderá ainda ter sido proposto pela unidade orgânica a aplicação de penalidades ao fornecedor, o que será refletido na avaliação.

Após avaliação das unidades orgânicas gestoras, resultaram 693 avaliações positivas que representam 93% da amostra, houve 44 processos com avaliação suficiente e 8 processos tiveram avaliação negativa, destes últimos, houve um processo que a unidade orgânica gestora, propôs aplicação de penalidades.

O número de processos com avaliação suficiente, situação que ocorre quando um dos critérios avaliados é negativo, foi de 44 processos.

Destes, 23 foram classificados negativamente no que respeita ao cumprimento do prazo de entrega/execução e os 21 processos restantes obtiveram avaliação negativa na análise do critério da qualidade.

Relativamente a 2017 não se verificou grandes alterações na avaliação de processos mantendo-se estável.

Após análise da avaliação de processos, pretendeu-se verificar quais é que foram as avaliações qualitativas produzidas pelas unidades orgânicas gestoras dos processos. Apurou-se que a DGEE efetuou proposta de aplicação de penalidades ao fornecedor.

Em conclusão:

- Os resultados obtidos revelam pois que a esmagadora maioria dos processos (693 processos correspondendo a 93%) obtiveram avaliação positiva em ambos os critérios de avaliação: prazo de entrega/execução e qualidade;
- Apenas 44 processos obtiveram avaliação suficiente (6%);

- Processos com avaliação negativa totalizam 8, correspondendo a 1% dos processos analisados, destes 8 processos apenas 1 processo (0,001%) foi proposto a aplicação de penalidades.

Sintra, 19 de julho de 2018